

**TRAJETÓRIAS E INTERSEÇÕES: APROXIMAÇÕES ENTRE AS ELITES
LOCAISCAPIXABAS E A CORTE JOANINA DURANTE NO GOVERNO DE
FRANCISCO RUBIM (1812-1819)**

LIVIA MAURICIO SCHEINER*

Introdução

A historiografia acerca da experiência colonial no Brasil vem apontando, já há algum tempo, para a importância de se compreender as redes de poder e a reprodução das hierarquias sociais herdadas do Reino. Característica marcante do império colonial português, a descontinuidade espacial convivia, por outro lado, com a transferência de modelos jurídicos e administrativos da metrópole (HESPANHA, 1995: 9). Essa prática era sustentada pela frequente distribuição de cargos e ofícios a um conjunto de indivíduos que, em nome da Coroa, recebiam uma gama de privilégios e títulos, conformando, entre si, redes de poder e hierarquias pautadas nos valores de Antigo Regime.

Essa configuração, aplicada ao entendimento dos mecanismos de reprodução e funcionamento do mundo colonial ibérico, cunhou a expressão *Antigo Regime nos trópicos*,¹ por meio da qual se procura articular o Império atlântico português às práticas e mentalidades típicas de Antigo Regime. A partir do uso deste conceito, procurou-se demonstrar que determinado padrão de relacionamento político de tipo antigo esteve na base do colonialismo luso, determinando formações sociais rigidamente hierarquizadas, dominadas por diferentes grupos de elite e marcada por extensos segmentos excluídos dos centros de decisão.

Contudo, dentro da extensa temporalidade que vai do século XVI ao XIX, houve, obviamente, conjunturas específicas ora contribuindo para solidificar, ora para dar novos significados às noções de pacto e de soberania entre as elites coloniais e o Reino (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001:287-288). Assim, entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, momento que abordamos em nossa pesquisa

* Colégio Pedro II/UFES. Mestre em História. Doutoranda do PPGHIS UFES

¹ Cf. FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001 e 2010).

para o Doutorado², delineiam-se significativas inflexões tanto políticas quanto econômicas.

Observando-se sob o prisma da macro política, o recorte temporal acima, se destaca como momento de redefinição dos vínculos imperiais no mundo luso-brasileiro. Em Portugal, como resultado de uma leitura muito própria do ideário da Ilustração, o surto reformista que se iniciou com Pombal e teve continuidade no plano de reformas de D. Rodrigo de Souza Coutinho, preconizava a recuperação econômica do Estado a partir de uma utilização racional e *científica* do potencial de sua mais lucrativa porção: a América portuguesa.

.De acordo com tal projeto, o esforço de aprofundamento dos vínculos entre metrópole e colônia envolveu, por um lado, a arregimentação de letrados, administradores e intelectuais - dentre os quais vários brasileiros de nascimento - incumbindo os mesmos de pesquisar e explorar os recursos materiais do território colonial. Por outro lado, buscou-se um maior cuidado na nomeação de administradores régios, preferindo-se aqueles que, ao longo de suas trajetórias, houvessem acumulado experiência e prestígio na prestação de serviços nos altos postos administrativos do complexo atlântico (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001: 310).

Neste sentido, o desvelamento dos mecanismos de constituição e reprodução das elites administrativas reinóis e coloniais, bem como o conhecimento de suas estratégias de sociabilidade e reiteração no tempo, tem sido de fundamental importância para o conhecimento não apenas da política metropolitana mas, especialmente, dos meandros de reprodução da própria economia e sociedade nos dois lados do Atlântico. A opção pelo estudo das elites enquanto categoria histórica tem sido adensada pelo uso da metodologia prosopográfica, que consiste, por definição, na investigação sobre instituições e outras coletividades profissionais ou políticas, através da composição de biografias coletivas, abordando-se as trajetórias pessoais e profissionais dos sujeitos históricos envolvidos, de forma cruzada (HEINZ, 2006).

² SCHEINER, Livia Mauricio. Nobilitação, parentesco e redes de poder no Centro Sul da América Portuguesa: Paulo Fernandes Viana e Francisco Alberto Rubim (cc.1750-1821). Vitória, UFES, 2016 (Projeto de Doutorado em desenvolvimento).

Este é quadro teórico-metodológico em que se encontram inscritas as notas de pesquisa que apresentamos nesta comunicação, que tem como objeto as relações de parentesco entre Paulo Fernandes Viana, o primeiro Intendente de Polícia do Brasil e seu “primo”, Francisco Alberto Rubim, governador da Capitania do Espírito Santo entre 1812 e 1819, primeiro administrador após a conquista de sua autonomia administrativa com relação à Bahia. Abordar as interseções entre esses dois personagens nos permite vislumbrar a política capixaba nos quadros dos jogos de poder do Centro Sul da América portuguesa – região que tinha como cabeça a cidade-corte do Rio de Janeiro.

Em termos historiográficos, buscamos contribuir com a recente produção sobre o século XIX capixaba³, de reconhecida consistência e inovação com relação às questões-chave do período. Esses estudos, no seu conjunto, vêm apontando para um importante delineamento geral com relação à história do Espírito Santo: ainda que contada como uma das capitanias de menor expressão, seus mecanismos econômico-sociais e políticos sempre funcionaram em consonância com a lógica do restante da sociedade colonial e imperial. Subverteu-se, portanto a tradição historiográfica dedicada aos modelos explicativos amplos e aos grandes eventos econômicos⁴ - tais como o surto cafeeiro de meados do XIX ou os projetos industriais do XX.

Essa tradição sempre enfatizou não apenas o isolamento e a pobreza capixabas frente às regiões coloniais de notória prosperidade (tais como Bahia, Pernambuco ou Rio de Janeiro). Na mesma direção, também reproduziu a lógica do colonizador, cuja ideia de suficiência e lucratividade tinha como parâmetros as atividades relacionadas à agro exportação, desconsiderando que os movimentos internos à colônia contribuía e dialogavam de maneira significativa com os mecanismos de manutenção do sistema a nível macro.

Viana, Rubim e os jogos de poder do Centro Sul da América lusa

No Espírito Santo, o século XIX introduziria um novo momento de repactuação entre as elites locais e a administração régia. Os governadores nomeados durante esse período - dentre eles, Francisco Alberto Rubim - seriam protagonistas de novos acordos entre o

³ Cf. p. ex., CAMPOS, 2003; MERLO, 2008; CARVALHO, 2008; GOULARTE, 20015

⁴ Cf. p. ex. ALMADA, 1984; BITTENCOURT, 1982.

poder central e as elites locais, iniciando a progressiva integração da capitania aos objetivos traçados pelo projeto imperial (MERLO, 2008:29-30).

Português de nascimento, de origem lisboeta, Rubim foi nomeado Governador da Capitania do Espírito Santo pelo Príncipe Regente em 1812, cargo que desempenhou até 1819, quando foi transferido para o Ceará. Casado com Francisca Antunes Maciel da Costa e de formação militar (Capitão de Mar e Guerra) o ofício lhe granjeou a possibilidade de assistir a coroa em territórios de África e Ásia. Sua nomeação marca oficialmente a autonomia da Capitania capixaba em relação ao governo da Bahia. Valido da corte, amigo íntimo do Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, muito próximo do Intendente da Polícia, Paulo Fernandes Viana, valendo-se da proximidade com a aristocracia da corte para socorrer as necessidades de sua administração, em tudo espelhando a figura do intendente.

Nosso outro personagem, Paulo Fernandes Viana, por sua vez, parece valer-se de seus altos contatos na burocracia estatal e no grande comércio para respaldar a trajetória do seu aparentado em terras brasileiras. Conforme pesquisamos em nossa dissertação de mestrado (SCHEINER, 2004:87-100), Viana nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1757, mas sua trajetória iniciou-se a partir da metrópole. Filho de portugueses que foram para o Rio de Janeiro no século XVIII, formou-se em Direito pela Faculdade de Coimbra, foi magistrado na mesma cidade e ouvidor-geral do Crime. Era membro das ordens de Cristo e da Conceição da Vila Viçosa, comendas que denotavam prestígio.

Em 19 de novembro de 1798, Paulo Fernandes Viana, então intendente geral do ouro de Sabará, é nomeado pelo príncipe regente, D. João, como desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, em 1802, casa-se com Luiza Rosa Carneiro da Costa, prima de Francisca Antunes Maciel da Costa (esposa de Rubim) e filha de Brás Carneiro Leão e de Dona Anna Francisca Rosa Maciel da Costa que, mais tarde, será a primeira “brasileira” a receber um título de nobreza em terras tropicais: Baronesa de São Salvador de Campos dos Goitacazes.

Este era um casamento que reunia múltiplos interesses, nos quadros da cultura política da época: de um lado, temos o clã dos Carneiro Leão, ricos comerciantes atacadistas do Rio de Janeiro; por outro, um importante quadro da burocracia reinol. Para Viana, este casamento permitiu o acesso ao capital da poderosa família, especialmente do seu cunhado, Fernando Carneiro Leão. Ao que tudo indica, este e seu grupo de amigos do

corpo do comércio da corte lhe adiantavam os recursos empregados pelos cofres da Polícia, por meio de doações, loterias e subscrições voluntárias, tal como encontramos em seu relatório, ao fim do mandato (VIANA, 1892).

Dentre as inúmeras iniciativas desenvolvidas pelo governador Rubim durante os sete anos de mandato em terras capixabas, algumas revelam a clara ascendência de Paulo Fernandes Viana sobre o mesmo. Queremos destacar, no âmbito deste trabalho, **apenas duas**, no sentido de vislumbrar as suas ações para a região do Espírito Santo, como resultado dos jogos de poder que se desenrolavam no Centro sul, base de movimentação dos *homens bons da corte* e ponto nevrálgico da política imperial luso-brasileira.

Foi por meio de Paulo Fernandes Viana que Francisco Rubim assentou, em 1813, na localidade de Santo Agostinho, trinta famílias de colonos açorianos. O objetivo era o de povoar o interior e estimular a agricultura, projeto patrocinado pela Intendência da Polícia. O povoado, origem da cidade com o mesmo nome, foi denominado de Viana, em homenagem ao seu patrocinador. A capela local foi erguida com recursos advindos da Polícia da Corte.

Destaque-se que, além das famílias que se dirigiram para o solo espiritosantense, na mesma iniciativa imigratória outras foram distribuídas pelas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Contudo, apenas o governador Rubim recebeu menção honrosa do intendente, no seu relatório final (VIANA, 1892). O caso do estabelecimento da colônia de Viana dá-nos um exemplo do alcance “imperial” de algumas das ações desta agência, bem como a inserção do Espírito Santo nas tramas do projeto luso-brasileiro, por meio da relação entre os dois homens do poder.

Nessa mesma direção, outra medida merece ser aqui citada. Como ainda restasse sem solução a questão da comunicação com a região das Minas Gerais, uma vez que não se provara possível a navegabilidade do Rio Doce em todo o seu leito, Rubim empreende esforços para a abertura de uma estrada que ligasse Vitória a Ouro Preto. Com a decadência da mineração e a necessidade de se fomentar alternativas econômicas para a região, a comunicação entre as duas capitanias, por meio da retomada da navegação do

Rio Doce já ocupara o governador anterior, Silva Pontes, assunto tratado diretamente com D. Rodrigo, o Conde de Linhares, seu amigo íntimo e compadre⁵.

Em 1815, uma Carta Régia buscava viabilizar os trabalhos relativos à abertura da nova estrada real: ordenava-se o uso de tropas para proteger a mesma, bem como a abertura de estradas complementares; orientava que se pesquisasse a possibilidade de utilização de outros rios para navegação na região e que, por dez anos, fossem isentas de impostos as mercadorias ali cultivadas ou que ali transitassem. Liberava-se também a lavra de ouro na Serra do Castelo (OLIVEIRA, 2008; NOVAES, 1968).

Essas medidas buscavam responder à decadência e à paralisação da vida econômica e social na região encabeçada por Ouro Preto, capital das Minas Gerais. Era preciso fomentar o surgimento de novas fontes de riquezas, por meio de novos cultivos. Por seu turno, tanto com relação a Minas quanto ao Espírito Santo, era notório o interesse das elites econômicas e político-administrativas locais de fugir da influência do porto do Rio de Janeiro, ganhando o de Vitória como alternativa. A abertura da Estrada Real São Pedro de Alcântara, apelidada de *Estrada do Rubim*, foi concluída em agosto de 1816, mas os trabalhos complementares, que empregaram muitos esforços e capitais, duraram até 1820.

Semelhante trabalho realizou o intendente Paulo Fernandes Viana com relação ao Rio de Janeiro, quando da abertura da Estrada da Polícia (SCHEINER, 2004:94). A via permitia a ligação entre a corte e as Minas Gerais, passando por Campos dos Goitacazes, onde o intendente, em contrapartida pelos serviços prestados, granjeava enorme extensão de terras (e onde sua sogra recebera o título de Baronesa de Campos), gerindo, do seu cargo público, os seus interesses privados.

Por fim, uma importante frente de trabalho nos permite, agora, vislumbrar a tessitura de redes de sociabilidade não apenas entre Rubim e os homens da corte joanina, mas a aproximação de nomes de importantes proprietários e comerciantes capixabas nos circuitos políticos mais amplos, por meio de sua afirmação enquanto incipiente elite

⁵ Estilaque Ferreira dos Santos aponta para a importância de se considerar a centralidade das vias de comunicação e do esforço de ocupação do território no estudo dos projetos de poder que se desenvolvem em solo capixaba a partir do século XIX. Cf. SANTOS, 2005

política local⁶. Falamos das iniciativas do governador no sentido de promover os trabalhos da Santa Casa da Misericórdia em solo capixaba.

Como as epidemias periódicas afligissem a população da região, que não tinha onde recolher-se, era necessário construir um hospital que pudesse atendê-la, visto que a Irmandade, instalada na igreja do Rosário, em Vila Velha, e transferida depois para Vitória, limitava-se a visitar doentes e necessitados e a distribuir esmolas recebidas. Irmandades religiosas brancas, as Misericórdias, juntamente com as câmaras municipais, foram durante toda a época moderna o binômio central sobre o qual se apoiava uma rede de serviços e sociabilidades em territórios lusos, contribuído dessa forma tanto para a estabilidade social quanto para a diferenciação entre os súditos (VAINFAS, 2001:401-402).

Contudo, para além do assistencialismo, outras funções são atribuídas às Misericórdias, no contexto colonial português. Instituições dedicadas ao exercício da caridade cristã, reuniam nos seus quadros os setores sociais de maior prestígio dos locais onde estavam instaladas⁷. Seu funcionamento e os serviços prestados – dentre eles a responsabilidade pela construção e manutenção dos primeiros hospitais nas cidades portuárias do império português, era mantido pelas doações e rendas privadas e a seleção dos participantes em geral levava em conta critérios excludentes, atendidos em geral apenas pelos *homens bons* de cada localidade.

Desta forma, não é de se estranhar que a construção do hospital da Misericórdia, encabeçada por Francisco Alberto Rubim, tenha mobilizado pessoas importantes da sociedade capixaba à época. Assim, em 18013, nomes de proprietários locais, como Dona Maria de Oliveira Subtil e Luiz Antônio da Silva, aparecem relacionados aos esforços de capitalização para a obra (DAEMOM, 2010:137; DERENZI, 1985). Enquanto a primeira faz uma doação de terrenos fronteiriços à Ilha do Príncipe, para a construção da mesma, o segundo promove uma subscrição – coincidentemente ou não - entre seus amigos e parentes do Rio de Janeiro, financiando seus acabamentos. O governador, por sua vez, obtém junto ao Rei a promulgação do decreto de 23 de

⁶ Em sua tese de doutorado, Rodrigo Goularte dedica-se ao estudo da importância política que as redes mercantis em que o Espírito Santo estava envolvido em inícios do XIX tiveram para as decisões políticas que a elite local tomou, em relação aos rumos do processo de autonomia do Brasil com relação a Portugal (GOULARTE, 2015).

⁷ No Brasil do século XVIII, havia 21 Misericórdias em funcionamento, distribuídas pelas capitanias, nas sediadas nas suas principais vilas (VAINFAS, 2001, p. 401).

dezembro de 1817, que, entre outras providências, concede o privilégio para cobrança de taxas sobre vendas de tábuas e gêneros alimentícios, com destino ao hospital. Como resultado desta e das outras iniciativas, em 1816 D. João louva a administração de Rubim em Ofício, salientando o seu alinhamento aos projetos reformistas e os esforços para desenvolver a capitania.

Considerações finais

O estudo das elites políticas e econômicas coloniais tem sido bastante fecundo em demonstrar que, através de estratégias de gestão de seus laços familiares, estas constroem redes de poder e espaços de negociação ou, por vezes, disputas, em torno de interesses antagônicos. Tais redes resultavam, por sua vez, na articulação entre o exercício governativo central e os poderes locais, revelando um ambiente de cooperação política mútua nesse relacionamento: a necessidade de estabelecer acordos e o uso do poder arbitral do Estado/ centro na resolução de questões domésticas e, por extensão, a construção do reconhecimento da autoridade régia (PUJOL, 1991).

Com as trajetórias e ações dos indivíduos aqui destacados - Paulo Fernandes Viana e Francisco Alberto Rubim - braço político do intendente em terras capixabas - tencionamos descortinar mecanismos pelos quais a gestão do Centro Sul colonial e suas transformações materiais se enlaçam nos interesses privados, delineando discursos e projetos de poder *imperiais*.

Referências

ALMADA, Vilma P. F. de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850- 1888)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Esforços industriais na economia do café: O caso do Espírito Santo – 1889/1930*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003 (Tese de Doutorado)

CARVALHO, Enaile Flauzina dos Santos. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)*. Vitória: Ufes, 2008 (Dissertação de Mestrado)

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

DERENZI, Serafim. *Biografia de uma ilha*. Vitória: Secretaria Municipal de Turismo, 1985

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTTA, Carlos Guilherme. *1822. Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

_____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, séculos XVII. Algumas notas de pesquisa. In: *Revista Tempo*, Niterói, vol. 8, n. 15, 2003.

_____. BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. Vitória: Editora Flor e Cultura, 2006.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Portões e sertões. A província do Espírito Santo e a emancipação da América portuguesa*. Niterói: UFF, 2015 (Tese de Doutorado)

HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006

HESPANHA, António Manuel. *Panorama da história institucional e jurídica de Macau*. Macau: Fundação Macau, 1995

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política. 1798-1822*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.

MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

MAXWELL, Keneth. The generation of 1790's and the idea of luso-brazilian empire. In: ALDEN, Dauril. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, University of California Press, 1973.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008 (Tese de Doutorado)

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1968.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, EDUSF/ Ícone, 1999.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Espírito Santo*. Vitória: APEES, 2008.

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. In: *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, nº 6, 1991.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação e conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. In: *Dimensões* vol. 17. Vitória: Ufes, 2005

SCHEINER, Livia M. *Uma questão de projetos: o Senado da Câmara e a Intendência da polícia na gestão do espaço urbano da corte. Rio de Janeiro, 1808-1821*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004 (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império luso-brasileiro. 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

VIANA, Paulo Fernandes. Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia. In: *RIHGB*, tomo 55-I, 1892 pp. 373-380.